

Esta Listagem não serve como Comprovativo

Rosto	
01	Período de tributação
1 De	2017/04/01 a 2017/12/31
Período	2 2017
02	Área da sede, direção efetiva ou estabelecimento estável
Código do Serviço de Finanças	1 0485
03	Identificação e Caracterização do Sujeito Passivo
	Designação N.º de Identificação Fiscal (NIF)
1	2 539328391
3	Tipo de sujeito passivo
1 <input checked="" type="checkbox"/>	Residente que exerce, a título principal, atividade comercial, industrial ou agrícola
2 <input type="checkbox"/>	Residente que não exerce, a título principal, atividade comercial, industrial ou agrícola
3 <input type="checkbox"/>	Não residente com estabelecimento estável
4 <input type="checkbox"/>	Não residente sem estabelecimento estável
3-A	Qualificação da empresa nos termos do Anexo ao Decreto-Lei N.º 372/2007, de 6 de Novembro
Se assinalou os campos 1 ou 3 do Quadro 03 - 3, indique como se qualifica nos termos previstos no Anexo ao Decreto-Lei n.º 372/2007, de 06 de novembro	
3 <input checked="" type="checkbox"/>	Micro empresa
4 <input type="checkbox"/>	Pequena empresa
1 <input type="checkbox"/>	Média empresa
2 <input type="checkbox"/>	Não PME
3-B	Organismos de investimento coletivo
Indique se se trata de um Organismo de Investimento Coletivo tributado nos termos do artigo 22.º do EBF	
1 <input type="checkbox"/>	
3-C	Imputação de rendimentos (Art.º 5.º, n.º 9)

É considerado um estabelecimento estável para efeitos da imputação prevista no n.º 9 do artigo 5.º?

Sim

1

4

Regimes de tributação dos rendimentos

1



Geral

3



Isenção definitiva

4



Isenção temporária

5



Redução de taxa

6



Simplificado

7



Transparência fiscal

8



Grupos de sociedades

NIF da sociedade dominante / Responsável (art.º 69.º-A, n.ºs 3 e 4)

9

10



Pretende exercer a opção pelas taxas do art.º 87.º, n.º 1? (art.º 91.º, n.º 2 da Lei n.º 3 - B/2010, de 28 de abril)

11



Ocorreu alguma das situações referidas no ex-art.º 87.º, n.º 7 ?

12



Artigo 36.º-A do EBF

4-A

Transferência de residência/cessação da atividade de estabelecimento estável/afetação de elementos patrimoniais (art.ºs 83.º, 84.º e 54.º-A, n.º 11)

Se no período de tributação ocorreu transferência de residência, afetação de elementos patrimoniais e estabelecimento estável situado fora do território português,

cessação da atividade ou transferência de elementos patrimoniais de estabelecimento estável situado em território português, indique o local de destino

1



Países da UE/EEE

2



Outros

04

Características da declaração

1

Tipo de declaração

1



1.ª Declaração do período

2



Declaração de substituição (art.º 122.º, n.ºs 1 e 2)

3



Declaração de substituição (art.º 64.º, n.º 4)

4



Declaração de substituição (art.º 120.º, n.ºs 8 e 9)

5



Declaração de substituição (art.º 64.º, n.º 4) fora do prazo legal

6



Declaração de substituição (art.º 122.º, n.º 3)

Data - Declaração de substituição (art.º 122.º, n.º 3)

2

Declarações especiais

1	<input type="checkbox"/>	Declaração do Grupo
2	<input type="checkbox"/>	Declaração do período de liquidação
3	<input type="checkbox"/>	Declaração do período de cessação
Data da cessação		6 <input type="text"/>
Declaração com período especial de tributação		4 <input type="checkbox"/> Antes da alteração 5 <input type="checkbox"/> Após a alteração
7	<input checked="" type="checkbox"/>	Declaração do período do início de atividade
Data da transmissão/aquisição (entidades não residentes sem estabelecimento estável)		8 <input type="text"/>
9	<input type="checkbox"/>	Antes da dissolução
10	<input type="checkbox"/>	Após a dissolução
Data da dissolução		11 <input type="text"/>
3	Anexos que devem acompanhar a declaração	
Anexo A (derrama)		1 <input type="checkbox"/>
Anexo B (antigo regime simplificado em vigor até 2010)		2 <input type="checkbox"/>
Anexo C (Regiões Autónomas)		3 <input type="checkbox"/>
Anexo D (benefícios fiscais)		4 <input checked="" type="checkbox"/>
Anexo E (regime simplificado)		5 <input type="checkbox"/>
Anexo F (OIC)		6 <input type="checkbox"/>
05	Identificação do Representante Legal e do Contabilista Certificado	
NIF do representante legal		1 277179270
NIF do contabilista certificado		2 212230794
07 (Período 2009 e anteriores)	Apuramento do lucro tributável	
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		201 € <input type="text"/>
Variações patrimoniais positivas não refletidas no resultado líquido (art.º 21.º)		202 € <input type="text"/>
Variações patrimoniais negativas não refletidas no resultado líquido (art.º 24.º)		203 € <input type="text"/>
SOMA (campos 201 + 202 - 203)		204 € <input type="text"/> 0,00
A ACRESCER		

Matéria coletável / lucro tributável imputado por sociedades transparentes, ACE ou AEIE (art.º 6.º)	205	€	<input type="text"/>
Prémios de seguros e contribuições (art.º 23.º, n.º 4)	206	€	<input type="text"/>
Reintegrações e amortizações não aceites como custos (art.º 33.º, n.º 1)	207	€	<input type="text"/>
Provisões não dedutíveis ou para além dos limites legais (art.ºs 34.º, 37.º e 38.º)	208	€	<input type="text"/>
Realizações de utilidade social não dedutíveis (art.º 40.º)	209	€	<input type="text"/>
Donativos não previstos ou além dos limites legais (art.º 62.º do EBF)	210	€	<input type="text"/>
IRC e outros impostos incidentes direta ou indiretamente sobre lucros [art.º 42.º, n.º 1, alínea a)]	211	€	<input type="text"/>
Multas, coimas, juros compensatórios e demais encargos pela prática de infrações [art.º 42.º, n.º 1, alínea d)]	212	€	<input type="text"/>
Indemnizações por eventos seguráveis [art.º 42.º, n.º 1, alínea e)]	213	€	<input type="text"/>
Encargos não devidamente documentados [art.º 42.º, n.º 1, alínea g)]	277	€	<input type="text"/>
Despesas não documentadas (art.º 23.º)	214	€	<input type="text"/>
Menos-valias contabilísticas	215	€	<input type="text"/>
Correções nos casos de crédito de imposto (art.º 62.º, n.º 1)	217	€	<input type="text"/>
40% do aumento das reintegrações resultantes da reavaliação do imobilizado corpóreo	218	€	<input type="text"/>
Importâncias devidas pelo aluguer de viaturas sem condutor [art.º 42.º, n.º 1, alínea h)]	220	€	<input type="text"/>
Anulação do efeito do método da equivalência patrimonial (art.º 18.º, n.º 7)	222	€	<input type="text"/>
Despesas com ajudas de custo e de compensação pela deslocação em viatura própria do trabalhador [art.º 42.º, n.º 1, alínea f)]	223	€	<input type="text"/>
Correções relativas a exercícios anteriores	224	€	<input type="text"/>
Correções relativas a preços de transferência (art.º 58.º, n.º 8)	251	€	<input type="text"/>
Pagamentos a entidades não residentes sujeitas a um regime fiscal privilegiado (art.º 59.º, n.º 1)	252	€	<input type="text"/>
Imputação de lucros de sociedades não residentes sujeitas a um regime fiscal privilegiado (art.º 60.º)	253	€	<input type="text"/>
Subcapitalização (art.º 61.º, n.º 1)	254	€	<input type="text"/>
Juros de suprimentos [art.º 42.º, n.º 1, alínea j)]	255	€	<input type="text"/>
Despesas com combustíveis [art.º 42.º, n.º 1, alínea i)]	256	€	<input type="text"/>
Diferença positiva entre o valor patrimonial tributário definitivo do imóvel e o valor constante do contrato [art.º 58.º-A, n.º 3, alínea a)]	257	€	<input type="text"/>
Importâncias constantes de documentos emitidos por sujeitos passivos com NIF inexistente ou inválido [art.º 42.º, nº 1, alínea b)]	258	€	<input type="text"/>
Custos ou perdas suportados com transmissão onerosa de partes de capital (art.º 23.º, nºs 5, 6 e 7)	259	€	<input type="text"/>
Ajustamentos de valores de ativos não dedutíveis ou para além dos limites legais (arts.º 34.º, 35.º e 36.º)	270	€	<input type="text"/>
Impostos diferidos	271	€	<input type="text"/>
Mais-valias fiscais sem intenção de reinvestimento (art.º 43.º)	216	€	<input type="text"/>

Mais-valias fiscais com intenção expressa de reinvestimento (art.º 45.º)	274	€	<input type="text"/>
Acréscimos por não reinvestimento (art.º 45.º, n.º 6.º)	275	€	<input type="text"/>
Mais-valias fiscais - regime transitório [art.º 7, n.º 7, alínea b) da Lei n.º 30-G/2000, de 29 de dezembro e art.º 32.º, n.º 8 da Lei n.º 109-B/2001, de 27 de dezembro]	276	€	<input type="text"/>
	225	€	<input type="text"/>
SOMA (campos 204 a 225)	226	€	<input type="text" value="0,00"/>
A DEDUZIR			
Prejuízo fiscal imputado por ACE ou AEIE (art.º 6.º)	227	€	<input type="text"/>
Redução de provisões tributadas	228	€	<input type="text"/>
Mais-valias contabilísticas	229	€	<input type="text"/>
Menos-valias fiscais (art.º 43.º)	230	€	<input type="text"/>
Restituição de impostos não dedutíveis e excesso da estimativa para impostos	231	€	<input type="text"/>
Rendimentos nos termos do artigo 46.º	232	€	<input type="text"/>
Atualização de encargos de explorações silvícolas (art.º 18.º, n.º 6.º)	233	€	<input type="text"/>
Benefícios fiscais	234	€	<input type="text"/>
Anulação do efeito do método da equivalência patrimonial (art.º 18.º, n.º 7)	235	€	<input type="text"/>
40% das realizações de utilidade social (art.º 40.º, n.º 9)	236	€	<input type="text"/>
Reversões de ajustamentos de valores de ativos tributados	272	€	<input type="text"/>
Impostos diferidos	273	€	<input type="text"/>
	237	€	<input type="text"/>
SOMA (campos 227 a 237)	238	€	<input type="text" value="0,00"/>
PREJUÍZO PARA EFEITOS FISCAIS (Se 238 > 226) (A transportar para os Campos 301, 312 e/ou 323 do Quadro 09)	239	€	<input type="text" value="0,00"/>
LUCRO TRIBUTÁVEL (Se 226 >= 238) (A transportar para os Campos 302, 313, e/ou 324 do Quadro 09)	240	€	<input type="text"/>

07 (Período 2010 e posteriores)	Apuramento do lucro tributável		
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	701	€	<input type="text" value="65.081,37"/>
Variações patrimoniais positivas não refletidas no resultado líquido do período (art.º 21.º) e quota-parte do subsídio respeitante a ativos não correntes, não depreciables/não amortizáveis [art.º 22.º n.º 1, al. b) a al. d)]	702	€	<input type="text"/>
Variações patrimoniais positivas (regime transitório previsto no art.º 5.º, n.ºs 1, 5 e 6 do DL n.º 159/2009, de 13/7)	703	€	<input type="text"/>
Variações patrimoniais negativas não refletidas no resultado líquido do período (art.º 24.º)	704	€	<input type="text"/>
Variações patrimoniais negativas (regime transitório previsto no art.º 5.º, n.ºs 1, 5 e 6 do DL n.º 159/2009, de 13/7)	705	€	<input type="text"/>
Alteração do regime fiscal dos contratos de construção (correções positivas)	706	€	<input type="text"/>

Alteração do regime fiscal dos contratos de construção (correções negativas)	707	€	
SOMA (campos 701 + 702 + 703 - 704 - 705 + 706 - 707)	708	€	65.081,37
A ACRESCER			
Matéria coletável / lucro tributável imputado por sociedades transparentes, ACE ou AEIE (art.º 6.º)	709	€	
Correções relativas a períodos de tributação anteriores (art.º 18.º, n.º 2)	710	€	
Vendas e prestações de serviços com pagamento diferido: diferença entre a quantia nominal da contraprestação e o justo valor (art.º 18.º, n.º 5)	711	€	
Gastos referentes a inventários e a fornecimentos e serviços externos com pagamento diferido: gastos de juros (art.º 18.º, n.º 5)	782	€	
Anulação dos efeitos do método da equivalência patrimonial e do método de consolidação proporcional no caso de empreendimentos conjuntos que sejam sujeitos passivos de IRC (art.º 18.º, n.º 8)	712	€	
Ajustamentos não dedutíveis decorrentes da aplicação do justo valor (art.º 18.º, n.º 9)	713	€	
Pagamentos com base em ações (art.º 18.º, n.º 11)	714	€	
Gastos de benefícios de cessação de emprego, benefícios de reforma e outros benefícios pós emprego ou a longo prazo dos empregados (art.º 18.º, n.º 12)	715	€	3.500,00
Gastos suportados com a transmissão onerosa de partes de capital (ex-art.º 23.º, n.ºs 3, 4 e 1.ª parte do n.º 5)	717	€	
Provisões não dedutíveis ou para além dos limites legais (art.ºs 19.º, n.º 4 e 39.º) e perdas por imparidade fiscalmente não dedutíveis de ativos financeiros	721	€	
IRC, incluindo as tributações autónomas, e outros impostos que direta ou indiretamente incidam sobre os lucros [art.º 23.º -A, n.º 1, al. a)]	724	€	20.775,80
Impostos diferidos [art.º 23.º -A, n.º 1, al. a)]	725	€	913,73
Despesas não documentadas [art.º 23.º -A, n.º 1, al. b)]	716	€	300,00
Encargos não devidamente documentados [art.º 23.º -A, n.º 1, al. c)]	731	€	285,00
Encargos evidenciados em documentos emitidos por sujeitos passivos com NIF inexistente ou inválido ou por sujeitos passivos cessados oficiosamente [art.º 23.º -A, n.º 1, al. c)]	726	€	
Despesas ilícitas [art.º 23.º -A, n.º 1, al. d)]	783	€	
Multas, coimas e demais encargos, incluindo juros compensatórios e moratórios, pela prática de infrações [art.º 23.º -A, n.º 1, al. e)]	728	€	30,00
Impostos, taxas e outros tributos que incidam sobre terceiros que o sujeito passivo não esteja legalmente obrigado a suportar [art.º 23.º -A, n.º 1, al. f)]	727	€	
Indemnizações por eventos seguráveis [art.º 23.º -A, n.º 1, al. g)]	729	€	
Ajudas de custo e encargos com compensação pela deslocação em viatura própria do trabalhador [art.º 23.º -A, n.º 1, al. h)]	730	€	349,20
Encargos com o aluguer de viaturas sem condutor [art.º 23.º -A, n.º 1, al. i)]	732	€	
Encargos com combustíveis [art.º 23.º -A, n.º 1, al. j)]	733	€	
Encargos relativos a barcos de recreio e aeronaves de passageiros [art.º 23.º -A, n.º 1, al. k)]	784	€	
Juros e outras formas de remuneração de suprimentos e empréstimos feitos pelos sócios à sociedade [art.º 23.º -A, n.º 1, al. m)]	734	€	
Gastos não dedutíveis relativos à participação nos lucros por membros dos órgãos sociais [art.º 23.º -A, n.º 1, al. o)]	735	€	
Contribuição sobre o setor bancário [art.º 23.º -A, n.º 1, al. p)]	780	€	
Contribuição extraordinária sobre o setor energético [art.º 23.º -A, n.º 1, al. q)]	785	€	
Importâncias pagas ou devidas a entidades não residentes sujeitas a um regime fiscal privilegiado [art.º 23.º -A, n.º 1, al. r) e n.º 7]			

	746	€	
50% de outras perdas relativas a partes de capital ou outras componentes do capital próprio (ex-art.º 45.º, n.º 3, parte final)	737	€	
Outras perdas relativas a instrumentos de capital próprio e gastos suportados com a transmissão onerosa de instrumentos de capital próprio de entidades não residentes sujeitas a um regime fiscal privilegiado (art.º 23.º -A, n.ºs 2 e 3)	786	€	
Perdas por imparidade em inventários para além dos limites legais (art.º 28.º) e em créditos não fiscalmente dedutíveis ou para além dos limites legais (art.ºs 28.º -A a 28.º -C)	718	€	795,00
Perdas por imparidade de ativos não correntes (art.º 31 -B) e depreciações e amortizações (art.º 34.º, n.º1), não aceites como gastos	719	€	5.706,55
40% do aumento das depreciações dos ativos fixos tangíveis em resultado de reavaliação fiscal (art.º 15.º, n.º 2 do DR 25/2009, de 14/9)	720	€	
Créditos incobráveis não aceites como gastos (art.º 41.º)	722	€	5.250,00
Realizações de utilidade social não dedutíveis (art.º 43.º)	723	€	
Menos-valias contabilísticas	736	€	346,00
Mais-valia fiscal resultante de mudanças no modelo de valorização [art.º 46.º, n.º 5, al. b)]	738	€	
Diferença positiva entre as mais-valias e as menos-valias fiscais sem intenção de reinvestimento (art.º 46.º)	739	€	266,20
50% da diferença positiva entre as mais-valias e as menos-valias fiscais com intenção expressa de reinvestimento (art.º 48.º, n.º 1)	740	€	
Acréscimos por não reinvestimento ou pela não manutenção dos ativos na titularidade do adquirente (art.º 48.º, n.º 6)	741	€	
Mais-valias fiscais-regime transitório [art.º 7.º, n.º 7, al. b) da Lei n.º 30-G/2000, de 29/12 e art.º 32.º, n.º 8 da Lei n.º 109-B/2001, de 27/12]	742	€	
Correções relativas a instrumentos financeiros derivados (art.º 49.º)	743	€	
Prejuízos de estabelecimentos estáveis situados fora do território português (art.º 54.º -A)	787	€	
Correções relativas a preços de transferência (art.º 63.º, n.º 8)	744	€	
Diferença positiva entre o valor patrimonial tributário definitivo do imóvel e o valor constante do contrato [art.º 64.º, n.º 3, al. a)]	745	€	
Imputação de rendimentos de entidades não residentes sujeitas a um regime fiscal privilegiado (art.º 66.º)	747	€	
Limitação à dedutibilidade de gastos de financiamento líquidos (art.º 67.º)	748	€	
Correções nos casos de crédito de imposto por dupla tributação jurídica internacional (art.º 68.º, n.º 1)	749	€	
Correções nos casos de crédito de imposto por dupla tributação económica internacional (art.º 68.º, n.º 3)	788	€	
Correções resultantes da opção pelo regime especial aplicável às fusões, cisões, entradas de ativos e permutas de partes sociais (art.ºs 74.º, 76.º e 77.º)	750	€	
Transferência de residência, afetação de elementos patrimoniais a estabelecimento estável situado fora do território português, cessação de atividade ou transferência de elementos patrimoniais de estabelecimento estável situado em território português: saldo positivo referente aos elementos patrimoniais transferidos para outro Estado membro da UE ou do EEE ou afetos a estabelecimento estável aí situado (art.ºs 83.º, 84.º e 54.º -A, n.º 11)	789	€	
Transferência de residência, afetação de elementos patrimoniais a estabelecimento estável situado fora do território português, cessação de atividade ou transferência de elementos patrimoniais de estabelecimento estável situado em território português: saldo positivo referente aos elementos patrimoniais transferidos para países fora da UE ou do EEE ou afetos a estabelecimento estável aí situado (art.ºs 83.º, 84.º e 54.º -A, n.º 11)	790	€	
Donativos não previstos ou além dos limites legais (art.ºs 62.º, 62.º-A e 62.º-B do EBF)	751	€	
Encargos financeiros não dedutíveis (ex-art.º 32.º, n.º2 do EBF)	779	€	
Adicional ao Imposto Municipal sobre imóveis (art.º 135.º-J do Código do IMI)	797	€	
Outros acréscimos	752	€	

SOMA (campos 708 a 752)	753	€	103.598,85
A DEDUZIR			
Despesas ou encargos de projeção económica plurianual contabilizados como gasto na vigência do POC e ainda não aceites fiscalmente [art.º 22.º, al. f) do DR 25/2009, de 14/9]	754	€	
Prejuízo fiscal imputado por ACE ou AEIE (art.º 6.º)	755	€	
Correções relativas a períodos de tributação anteriores (art.º 18, n.º 2)	756	€	
Vendas e prestações de serviços com pagamento diferido: rédito de juros (art.º 18.º, n.º 5)	757	€	
Gastos referentes a inventários e a fornecimentos e serviços externos com pagamento diferido: diferença entre a quantia nominal da contraprestação e o justo valor (art.º 18.º, n.º 5)	791	€	
Anulação dos efeitos do método da equivalência patrimonial e do método de consolidação proporcional no caso de empreendimentos conjuntos que sejam sujeitos passivos de IRC (art.º 18.º, n.º 8)	758	€	
Ajustamentos não tributáveis decorrentes da aplicação do justo valor (art.º 18.º, n.º 9)	759	€	
Pagamentos com base em ações (art.º 18.º, n.º 11)	760	€	
Pagamento ou colocação à disposição dos beneficiários de benefícios de cessação de emprego, benefícios de reforma e outros benefícios pós emprego ou a longo prazo dos empregados (art.º 18.º, n.º 12)	761	€	
Reversão de perdas por imparidade tributadas (art.ºs 28.º, n.º 3 e 28.º -A, n.º 3)	762	€	
Depreciações e amortizações tributadas em períodos de tributação anteriores (art.º 20.º do DR 25/2009, de 14/9)	763	€	
Perdas por imparidade tributadas em períodos de tributação anteriores (art.ºs 28.º, 28.º -A, n.º 1 e 31.º -B, n.º 7)	781	€	
Reversão de provisões tributadas (art.ºs 19.º, n.º 4 e 39.º, n.º 4)	764	€	
Restituição de Impostos não dedutíveis e excesso da estimativa para impostos	765	€	
Impostos diferidos [art.º 23.º -A, n.º 1, al. a)]	766	€	72,66
Gasto fiscal relativo a ativos intangíveis, propriedades de investimento e ativos biológicos não consumíveis (art.º 45.º -A)	792	€	
Mais-valias contabilísticas	767	€	79,80
50% da menos-valia fiscal resultante de mudanças no modelo de valorização [art.º 46.º, n.º 5, al. b) e ex-art.º 45.º, n.º 3, parte final] e 50% da diferença negativa entre as mais e as menos-valias fiscais de partes de capital ou outras componentes do capital próprio (ex-art. 45.º, n.º 3, 1.ª parte)	768	€	
Diferença negativa entre as mais-valias e as menos-valias fiscais (art.º 46.º)	769	€	
Correções relativas a instrumentos financeiros derivados (art.º 49.º)	770	€	
50% dos rendimentos de patentes e outros direitos de propriedade industrial (art.º 50.º -A)	793	€	
Eliminação da dupla tributação económica de lucros e reservas distribuídos (art.º 51.º e 51.º -D)	771	€	
Lucros de estabelecimentos estáveis situados fora do território português (art.º 54.º -A)	794	€	
Correção pelo adquirente do imóvel quando adota o valor patrimonial tributário definitivo para a determinação do resultado tributável na respetiva transmissão [art.º 64.º, n.º 3, al. b)]	772	€	
Reporte dos gastos de financiamento líquidos de períodos de tributação anteriores (art.º 67.º)	795	€	
Correções resultantes da opção pelo regime especial aplicável às fusões, cisões, entradas de ativos e permutas da partes sociais (art.ºs 74.º, 76.º e 77.º)	773	€	
Transferência de residência, afetação de elementos patrimoniais a estabelecimento estável situado fora do território português, cessação da atividade ou transferência de elementos patrimoniais de estabelecimento estável situado em território português: saldo negativo referente aos elementos patrimoniais transferidos para fora do território português ou afetos a estabelecimento estável aí situado (art.ºs 83.º, 84.º e 54.º -A, n.º 11)	796	€	
Benefícios Fiscais	774	€	12.649,83

Outras deduções	775	€	
Perdas por imparidade em créditos e benefícios pós-emprego ou a longo prazo de empregados (art.º 4.º da Lei n.º 61/2014, de 26 de agosto)	798	€	
SOMA (campos 754 a 775 + 798)	776	€	12.802,29
PREJUÍZO PARA EFEITOS FISCAIS (Se 776 > 753)	777	€	0,00
LUCRO TRIBUTÁVEL (Se 753 >= 776) (A transportar para o quadro 09)	778	€	90.796,56

08	Regimes de taxa		
08.1	Regimes de redução de taxa	Assinalar com X	Taxas de tributação
	Estabelecimentos de ensino particular (ex-art.º 56.º do EBF)	242 <input type="checkbox"/>	20%
	Benefícios relativos à interioridade (art.º 41.º-B e ex-art.º 43.º do EBF)	245 <input type="checkbox"/>	12,5% / 21%
	Antigo Estatuto Fiscal Cooperativo (art.º 7.º, n.º 3 da Lei nº 85/98, de 16/12)	248 <input type="checkbox"/>	20%
	Entidades licenciadas na Zona Franca da Madeira (ex-art.º 35.º do EBF)	260 <input type="checkbox"/>	3%
	Entidades licenciadas na Zona Franca da Madeira (art.ºs 36.º e 36.º-A do EBF)	265 <input type="checkbox"/>	5%
		247 <input type="checkbox"/>	
08.2	Regime geral	Assinalar com X	Taxas de tributação
	Região Autónoma dos Açores (Dec. Leg. Regional n.º 2/1999/A, de 20/1)	246 <input type="checkbox"/>	13,6% / 16,8%
	Região Autónoma da Madeira (Dec. Leg. Regional n.º 2/2001/M, de 20/2)	249 <input type="checkbox"/>	17% / 21%
	Rendimentos prediais de entidades não residentes sem estabelecimento estável (art.º 87.º, n.º 4)	262 <input type="checkbox"/>	25%
	Mais-valias imobiliárias/Incrementos patrimoniais obtidos por entidades não residentes sem estabelecimento estável (art.º 87.º, n.º 4)	263 <input type="checkbox"/>	25%
	Mais-valias mobiliárias obtidas por entidades não residentes sem estabelecimento estável (art.º 87.º, n.º 4)	266 <input type="checkbox"/>	25%
	Rendimentos decorrentes da alienação de unidades de participação em FII e de participações sociais em SII, auferidos por entidades não residentes sem estabelecimento estável (art.º 22.º-A, n.º1, al. c) do EBF)	267 <input type="checkbox"/>	10%
	Outros rendimentos obtidos por entidades não residentes sem estabelecimento estável	264 <input type="checkbox"/>	

09	Apuramento da matéria coletável				
(transporte de Q. 07)		Regime geral	Com redução de taxa	Com isenção	Regime simplificado (em vigor até 2010)
1. PREJUÍZO FISCAL		301 €	312 €	323 €	
2. LUCRO TRIBUTÁVEL		302 € 90.796,56	313 €	324 €	400 €
Regime especial dos grupos de sociedades					
Soma algébrica dos resultados fiscais					380 €
Lucros distribuídos (ex-art.º 70.º, n.º 2)					381 €

Gastos de financiamento líquidos (opção prevista no art.º 67.º, n.º 5)	395 €	
Resultados internos eliminados ao abrigo do anterior RTLC, a incluir no lucro tributável do período	376 €	
Resultado fiscal do grupo	382 €	
396 Prejuízos individuais deduzidos, verificados em períodos anteriores ao início da aplicação do regime:		
<div>Prejuízos</div> <div>NIF</div>		
398 Quotas-partes dos prejuízos fiscais deduzidas em caso de aquisição de grupos de sociedades (art.º 71.º, n.ºs 4 e 5)		
<div>Prejuízos</div> <div>NIF</div>		
Prejuízos fiscais dedutíveis	303 €	
Prejuízos fiscais autorizados/transmitidos (art.º 75.º, n.ºs 1 e 3)	383 €	
Prejuízos fiscais autorizados/transmitidos [art.º 15.º, n.º 1, al. c) e art.º 75, n.º 5]	384 €	
Prejuízos fiscais não dedutíveis (art.º 52.º, n.º 8)	385 €	
3. DEDUÇÕES		
Prejuízos fiscais deduzidos	309 €	
Discriminação dos prejuízos fiscais deduzidos, por período de apuramento e montante		
Regime Geral		
309.1 - Período 309.2 - Montante		
Com redução de taxa		
320.1 - Período 320.2 - Montante		
Com isenção		
331.1 - Período 331.2 - Montante		
Benefícios fiscais	310 €	
4. MATÉRIA COLETÁVEL (2-3)	311 €	90.796,56
ZFM - Matéria coletável que excede os plafonds máximos (art.ºs 36.º, n.º 3 e 36.º-A, n.º 4 do EBF)	336 €	
COLETIVIDADES DESPORTIVAS - Dedução das importâncias investidas até 50% da matéria coletável (art.º 54, n.º 2 do EBF)	399 €	
Existindo prejuízos fiscais autorizados/transmitidos, indique:		
Total do valor utilizado no período (397-A + 397-B)	397 €	0,00
397-A Valor utilizado no período [art.º 15.º, n.º 1 al. c) e art.º 75.º, n.º 5]	Valor utilizado no período NIF	
397-B Valor utilizado no período (art.º 75.º, n.ºs 1 e 3)	Valor utilizado no período NIF	

MATÉRIA COLETÁVEL NÃO ISENTA [(311 - 399) + 322 + 336] ou 409 ou campo 42 do anexo E

346 € 90.796,56

10

Cálculo do Imposto

Imposto à taxa normal (art.º 87.º, n.º 2, 1.ºs € 15.000,00 de matéria colétavel das PME) (c. 311 do q.09 da m22 ou c.42 do anexo E) x 17%

347-A € 2.550,00

Imposto à taxa normal (art.º 87.º, n.º 1) (c. 311 do q.09 da m22 ou c. 42 do anexo E) x 21%

347-B € 15.917,28

Imposto a outras taxas

348 % 349 €

Imposto imputável à Região Autónoma dos Açores

350 €

Imposto imputável à Região Autónoma da Madeira

370 €

COLETA (347-A + 347-B + 349 + 350 + 370)

351 € 18.467,28

Derrama estadual (art.º 87.º - A)

373 €

COLETA TOTAL (351 + 373)

378 € 18.467,28

Deduções:

Dupla tributação jurídica internacional (DTJI - art.º 91.º)

353 €

Dupla tributação económica internacional (art.º 91.º -A)

375 €

Benefícios fiscais

355 €

Adicional ao Imposto Municipal sobre imóveis (art.º 135.º-J do CIMI)

470 €

Pagamento especial por conta (art.º 93.º)

356 €

TOTAL DAS DEDUÇÕES (353 + 375 + 355 + 356 + 470) <= 378

357 € 0,00

TOTAL DO IRC LIQUIDADO (378 - 357) >= 0

358 € 18.467,28

Resultado da liquidação (art.º 92.º)

371 €

Retenções na fonte

359 € 750,00

Pagamentos por conta (art.º 105.º) e Pagamento por conta autónomo (Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, art.º 136.º, n.º 2)

360 €

Pagamentos adicionais por conta (art.º 105.º - A)

374 €

IRC A PAGAR (358 + 371 - 359 - 360 - 374) > 0

361 € 17.717,28

IRC A RECUPERAR (358 + 371 - 359 - 360 - 374) < 0

362 € 0,00

IRC de períodos anteriores

363 €

Reposição de benefícios fiscais

372 €

Derrama municipal

364 €

Dupla tributação jurídica internacional (art.º 91.º) - Países com CDT e quando DTJI > 378

379 €

Tributações autónomas

365 € 3.058,52

Juros compensatórios	366 €	
Juros de mora	369 €	
TOTAL A PAGAR [361 ou (-362) + 363 + 372 + 364 - 379 + 365 + 366 + 369] > 0	367 €	20.775,80
TOTAL A RECUPERAR [(-362) + 363 + 372 + 364 - 379 + 365 + 366 + 369] < 0	368 €	0,00
10-A Juros compensatórios		
Discriminação do valor indicado no campo 366 do quadro 10:		
Juros compensatórios declarados por atraso na entrega da declaração	366-A €	
Juros compensatórios declarados por outros motivos	366-B €	
10-B Transferência de residência/cessação da atividade de estabelecimento estável/afetação de elementos patrimoniais (art.ºs 83.º, 84.º e 54.º -A, n.º 11)		
Modalidade de pagamento do imposto correspondente (art.º 83.º, n.º 2)		
1 <input type="checkbox"/> imediato [al. a)]		
2 <input type="checkbox"/> diferido [al. b)]		
3 <input type="checkbox"/> fracionado [al. c)]		
IRC + Derrama estadual		
Derrama municipal		
Valor do pagamento diferido ou fracionado	377-A €	377-B €
Total dos pagamentos diferidos ou fracionados (377-A + 377-B)	377 €	
TOTAL A PAGAR (367 - 377) > 0	430 €	
TOTAL A RECUPERAR [367 ou (- 368) - 377] < 0	431 €	
11 Outras informações		
Total de rendimentos do período	410 €	417.248,57
Volume de negócios do período	411 €	257.517,50
Diferença positiva entre o valor considerado para efeitos de liquidação do IMT e o valor constante do contrato, nos casos em que houve recurso ao procedimento previsto no art.º 139.º	416 €	
Data em que ocorreu a transmissão das partes sociais (art.º 51.º, n.º 9 e art.º 88.º, n.º 11)	418	
Tratando-se de microentidade, indique se, em alternativa às normas contabilísticas para microentidades (NC-ME), opta pela aplicação das normas contabilísticas e de relato financeiro para as pequenas entidades (NCRF-PE) ou das normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF) [art.º 9.º-D do DL n.º 158/2009, de 13 de julho]	Sim?	423 <input type="checkbox"/>
Ocorreu no período de tributação uma operação de fusão com eficácia retroativa (n.º 11 do art.º 8.º) da qual é sociedade beneficiária?	Sim?	429 <input type="checkbox"/>
11-A Ativos por impostos diferidos (AID) - Lei n.º 61/2014, de 26 de agosto		
Discriminação dos AID inscritos nas demonstrações financeiras a que respeita a Mod. 22:		
AID de perdas por imparidade em créditos	460 €	

AID de benefícios pós-emprego ou a longo prazo de empregados	461 €	<input type="text"/>
Outros AID	462 €	<input type="text"/>
Informação adicional:		
Capital próprio	463 €	<input type="text"/>
Crédito Tributário	464 €	<input type="text"/>
Data da entrada em liquidação	465	<input type="text"/>

12	Retenções na fonte	
	N.º de identificação fiscal (NIF)	Retenção na fonte
	277179270	€ 750,00

13	Tributações autónomas	
Despesas de representação (art.º 88.º, n.º7)	414 €	85,08
Encargos efetuados ou suportados com ajudas de custo e de compensação pela deslocação em viatura própria do trabalhador (art.º 88.º, n.º 9)	415 €	17,46
Lucros distribuídos por entidades sujeitas a IRC a sujeitos passivos que beneficiem de isenção total ou parcial (art.º 88.º, n.º 11)	417 €	
Encargos com viaturas (antiga redação do art.º 88, n.º 3) (regime em vigor até 31/12/2013)	420 €	
Encargos com viaturas (ex-art.º 88.º, n.º4) (regime em vigor até 31/12/2013)	421 €	
Indemnizações por cessação de funções de gestor, administrador ou gerente [art.º 88.º, n.º 13, al. a)]	422 €	
Gastos ou encargos relativos a bónus e outras remunerações variáveis pagas a gestores, administradores ou gerentes [art.º 88.º, n.º 13, al. b)]	424 €	
Encargos não dedutíveis nos termos da al. h) do n.º 1 do artigo 23.º-A suportados pelos sujeitos passivos que apresentem prejuízo fiscal (art.º 88.º, n.º 9) (regime em vigor até 31/12/2016)	425 €	
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros e de mercadorias - Se CA < € 25.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. a)]	426 €	
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros e de mercadorias - Se CA >= € 25.000,00 e < € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. b)]	427 €	
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros e de mercadorias - Se CA >= € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. c)]	428 €	2.955,98
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros híbridas plug-in - Se CA < € 25.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. a) e n.º 17]	432 €	
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros híbridas plug-in - Se CA >= € 25.000,00 e < € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. b) e n.º 17]	433 €	
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros híbridas plug-in - Se CA >= € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. c) e n.º 17]	434 €	
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros movidas a GPL ou GNV - Se CA < € 25.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. a) e n.º 18]	435 €	
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros movidas a GPL ou GNV - Se CA >= € 25.000,00 e < € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. b) e n.º 18]	436 €	
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros movidas a GPL ou GNV - Se CA >= € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. c) e n.º 18]	437 €	
Despesas não documentadas [art.º 88, n.º 1] (Regime Simplificado ou OIC abrangidos pelo art.º 22, n.º 8 do EBF)	438 €	
Importâncias pagas ou devidas a entidades não residentes sujeitas a um regime fiscal privilegiado [art.º 88.º, n.ºs 1 e 8] (Regime Simplificado ou OIC abrangidos pelo art.º 22.º, n.º 8 do EBF)	439 €	

13-	Tributações autónomas - Zona Franca da Madeira (art.º 36.º-A, n.º 14 do EBF)
------------	---

A

Despesas de representação (art.º 88.º, n.º7)	440 €	
Encargos efetuados ou suportados com ajudas de custo e de compensação pela deslocação em viatura própria do trabalhador (art.º 88.º, n.º 9)	441 €	
Lucros distribuídos por entidades sujeitas a IRC a sujeitos passivos que beneficiem de isenção total ou parcial (art.º 88.º, n.º 11)	442 €	
Indemnizações por cessação de funções de gestor, administrador ou gerente [art.º 88.º, n.º 13, al. a)]	443 €	
Gastos ou encargos relativos a bónus e outras remunerações variáveis pagas a gestores, administradores ou gerentes [art.º 88.º, n.º 13, al. b)]	444 €	
Encargos não dedutíveis nos termos da al. h) do n.º 1 do artigo 23.º-A suportados pelos sujeitos passivos que apresentem prejuízo fiscal (art.º 88.º, n.º 9) (regime em vigor até 31/12/2016)	445 €	
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros e de mercadorias - Se CA < € 25.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. a)]	446 €	
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros e de mercadorias - Se CA >= € 25.000,00 e < € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. b)]	447 €	
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros e de mercadorias - Se CA >= € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. c)]	448 €	
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros híbridas plug-in - Se CA < € 25.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. a) e n.º 17]	449 €	
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros híbridas plug-in - Se CA >= € 25.000,00 e < € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. b) e n.º 17]	450 €	
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros híbridas plug-in - Se CA >= € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. c) e n.º 17]	451 €	
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros movidas a GPL ou GNV - Se CA < € 25.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. a) e n.º 18]	452 €	
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros movidas a GPL ou GNV - Se CA >= € 25.000,00 e < € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. b) e n.º 18]	453 €	
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros movidas a GPL ou GNV - Se CA >= € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. c) e n.º 18]	454 €	

14 Crédito de imposto por dupla tributação jurídica internacional (CIDTJI)

1 - Código do País	2 - Tipo de rendimentos	3 - Saldo não deduzido	Apuramento no período			7 - Dedução efetuada no período	8 - Saldo que transita
			4 - Imposto pago no estrangeiro [art.º 91.º, n.º1, al. a)]	5 - Fração do imposto relativa a rendimentos obtidos no estrangeiro [art.º 91.º, n.º 1, al. b)]	6 - Crédito de imposto do período		
			Saldo não deduzido	Crédito de imposto do período	Dedução efetuada no período	Saldo que transita	
TOTAL do CIDTJI com CDT			€ <input type="text"/>	€ <input type="text"/>	€ <input type="text"/>	€ <input type="text"/>	
TOTAL do CIDTJI sem CDT			€ <input type="text"/>	€ <input type="text"/>	€ <input type="text"/>	€ <input type="text"/>	
TOTAL do CIDTJI			€ <input type="text"/>	€ <input type="text"/>	€ <input type="text"/>	€ <input type="text"/>	

Anexo D

03 Rendimentos Isentos

031	Isenção definitiva	Rendimentos Líquidos
	Pessoas coletivas de utilidade pública de solidariedade social (art.º 10.º do CIRC)	301 €
	Atividades culturais, recreativas e desportivas (art.º 11.º do CIRC e art.º 54.º, n.º 1 do EBF)	302 €
	Cooperativas (art.º 66.º-A do EBF)	303 €
	Empreiteiros ou arrematantes, relativamente aos lucros derivados de obras e trabalhos das infraestruturas comuns NATO (art.º 14, n.º 2 do CIRC)	

		313 €	
	Fundos de pensões e equiparáveis (art.º 16.º, n.º 1 do EBF) e outros fundos isentos definitivamente	314 €	
	Entidade central de armazenagem: resultados líquidos do período contabilizados na gestão de reservas estratégicas de petróleo (art.º 25.º-A do Decreto-Lei n.º 165/2013, de 16 de dezembro)	316 €	
	Outras isenções definitivas	304 €	
031-A	Campo 314 - Fundos de pensões e equiparáveis (art.º 16.º, n.º 1 do EBF) e outros fundos isentos definitivamente		
	Código do benefício	Montante	
031-B	Campo 304 - Outras isenções definitivas		
	Código do benefício	Montante	
032	Isenção temporária	Rendimentos Líquidos	
	Zona Franca da Madeira e da Ilha de Santa Maria (art.º 33.º, n.º 1 do EBF)	305 €	
	Comissões vitivinícolas regionais (art.º 52.º do EBF)	306 €	
	Entidades gestoras de sistemas integrados de gestão de fluxos específicos de resíduos (art.º 53.º do EBF)	307 €	
	Associações públicas, confederações, associações sindicais e patronais e associações de pais (art.º 55.º do EBF)	308 €	
	Sociedades ou associações científicas internacionais (ex-art.º 57.º do EBF)	309 €	
	Baldios e comunidades locais (art.º 59.º do EBF)	310 €	
	Medidas de apoio ao transporte rodoviário de passageiros e mercadorias [mais-valias isentas (art.º 70.º do EBF)]	311 €	
	Fundos de poupança em ações (art.º 26.º do EBF) e outros fundos isentos temporariamente	315 €	
	Outras isenções temporárias	312 €	
032-A	Campo 315 - Fundos de poupança em ações (art.º 26.º do EBF) e outros fundos isentos temporariamente		
	Código do benefício	Montante	
032-B	Campo 312 - Outras isenções temporárias		
	Código do benefício	Montante	

04	Deduções ao rendimento (a deduzir no campo 774 no quadro 07 da declaração)		
	Normativo legal	Dedução efetuada	
	Majoração à criação de emprego (art.º 19.º do EBF)	401 €	8.659,83
	Fundos de investimento [art.º 22.º, n.º 14, al. b) do EBF]	402 €	
	Eliminação da dupla tributação económica dos lucros distribuídos por sociedades residentes nos PALOP e Timor-Leste (ex-art.º 42.º do EBF)	403 €	
	Majorações aplicadas aos benefícios fiscais à interioridade [ex-art.º 43.º, n.º1, al. c) e d) do EBF]	404 €	
	Empresas armadoras da marinha mercante nacional (art.º 51.º do EBF)	405 €	
	Majorações aplicadas aos donativos previstos nos artigos 62.º, 62.º-A e 62.º-B do EBF	406 €	3.990,00
	Majoração de quotizações empresariais (art.º 44.º do CIRC)	407 €	

Majoração aplicada aos gastos suportados com a aquisição, em território português, de combustíveis para abastecimento de veículos (art.º 70.º, n.º 4 do EBF)	408	€	<input type="text"/>
Remuneração convencional do capital social (art.º 136.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31/12 e art.º 41.º-A do EBF)	409	€	<input type="text"/>
Majoração dos gastos relativos a creches, lactários e jardins de infância (art.º 43.º, n.º 9 do CIRC)	412	€	<input type="text"/>
Majoração das despesas realizadas por cooperativas em aplicação da reserva para a educação e formação (art.º 66.º-A, n.º 7 do EBF)	413	€	<input type="text"/>
Lucros colocados à disposição e rendimentos de juros obtidos por sócios ou acionistas de sociedades licenciadas na ZFM (art.º 36.º-A, n.ºs 10 e 11, do EBF)	414	€	<input type="text"/>
Majoração dos gastos suportados com a aquisição de eletricidade, GNV e GPL para abastecimento de veículos (art.º 59.º-A do EBF)	415	€	<input type="text"/>
Majoração das despesas com sistemas de car-sharing e bike-sharing (art.º 59.º-B do EBF)	416	€	<input type="text"/>
Majoração das despesas com frotas de velocípedes (art.º 59.º-C do EBF)	417	€	<input type="text"/>
Majoração do gasto suportado por proprietários e produtores florestais aderentes a zona de intervenção florestal com contribuições financeiras destinadas ao fundo comum (art.º 59.º-D, n.º 12 do EBF)	418	€	<input type="text"/>
Majoração das despesas com certificação biológica de exploração (art.º 59.º-E do EBF)	419	€	<input type="text"/>
Outras deduções ao rendimento	410	€	<input type="text"/>
Total das deduções (401 + ... + 410 + 412 + ... + 419)	411	€	12.649,83

04-A Campo 410 - Outras deduções ao rendimento

Código do benefício	Montante
---------------------	----------

041 Transmissão de benefícios fiscais da sociedade fundida ou cindida ou da sociedade contribuidora (art.º 75.º-A do CIRC)

Código do benefício	NIF soc. fundida, cindida ou contribuidora	Montante
---------------------	--	----------

05 Soc. gestoras de participações sociais (SGPS), soc. de capital de risco (SCR) e investidores de capital de risco (ICR)

Mais-valias não tributadas (ex-art.º 32.º, n.º 2 e ex-art.º 32.º-A, n.º 1 do EBF)	501	€	<input type="text"/>
Menos-valias fiscais não dedutíveis (ex-art.º 32.º, n.º 2 e ex-art.º 32.º-A, n.º 1 do EBF)	502	€	<input type="text"/>

06 Entidades Licenciadas na Zona Franca da Madeira

Data do licenciamento		601	<input type="text"/>
604 Código NACE Rev. 1 (art.º 36.º, n.º 6 do EBF)			
		Código NACE Rev. 1 (art.º 36.º, n.º 6 do EBF)	
605 Código NACE Rev. 2 (art.º 36.º-A, n.º 7 do EBF)			
		Código NACE Rev. 2 (art.º 36.º-A, n.º 7 do EBF)	
Número de postos de trabalho criados nos primeiros seis meses de atividade e mantidos no período		602	<input type="text"/>
Número de postos de trabalho:			
No início do período de tributação		606	<input type="text"/>
No final do período de tributação		607	<input type="text"/>
Investimento efetuado na aquisição de ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis, nos dois primeiros anos de atividade		603	€ <input type="text"/>

06.1	Apuramento do limite máximo aplicável aos benefícios fiscais relativos ao período (a preencher no caso de aplicação do regime do art.º 36.º-A do EBF)	
Benefício correspondente à diferença:		
Taxa de IRC (artigo 36.º-A, n.º 1 do EBF)	608	€ <input type="text"/>
Derrama regional (artigo 36.º-A, n.º 12 do EBF)	609	€ <input type="text"/>
Derrama municipal (artigo 36.º-A, n.º 12 do EBF)	610	€ <input type="text"/>
Taxas de tributações autónomas (artigo 36.º-A, n.º 14 do EBF)	611	€ <input type="text"/>
Dedução de 50% da coleta do IRC (artigo 36.º-A, n.º 6 do EBF)	612	€ <input type="text"/>
Outros benefícios previstos (artigo 36.º-A, n.º 12 do EBF)	613	€ <input type="text"/>
TOTAL DOS BENEFÍCIOS FISCAIS (608 + 609 + 610 + 611 + 612 + 613)	614	€ <input type="text"/>
Valor acrescentado bruto no período e na Zona Franca da Madeira x 20,1% [art.º 36.º-A, n.º 3, a) do EBF]	615	€ <input type="text"/>
Custos anuais de mão-de-obra incorridos na Zona Franca da Madeira x 30,1% [art.º 36.º-A, n.º 3, b) do EBF]	616	€ <input type="text"/>
Volume de negócios do período na Zona Franca da Madeira x 15,1% [art.º 36.º-A, n.º 3, c) do EBF]	617	€ <input type="text"/>
Excesso a regularizar (art.º 36.º-A, n.º 3 do EBF) (a transportar para o campo 372 do quadro 10 da declaração)	618	€ <input type="text"/>

07	Deduções à coleta (a deduzir no campo 355 do quadro 10 da declaração)			
071	Benefícios fiscais contratuais ao investimento (ex-art.º 41.º, n.º 1 do EBF, art.ºs 15.º a 21.º do CFI (revogado) e art.ºs 2.º a 21.º do CFI aprovado pelo Dec.-Lei n.º 162/2014, de 31/10 e art.ºs 2.º a 21.º do CFI na RAM aprovado pelo Dec. Leg. Regional n.º 24/2016/M, de 28/06)			
Diploma	701-Saldo não deduzido no período anterior	702-Dotação do período	703-Dedução do período	704-Saldo que transita para período(s) seguinte(s)
	Saldo não deduzido no período anterior	Dotação do período	Dedução do período	Saldo que transita para período(s) seguinte(s)
Total	€ <input type="text" value="0,00"/>	€ <input type="text" value="0,00"/>	€ <input type="text" value="0,00"/>	€ <input type="text" value="0,00"/>
072	Projetos de investimento à internacionalização (ex-art.º 41.º, n.º 4 do EBF e art.º 22.º do CFI revogado pela Lei n.º 83-C/2013, de 31/12)			
Saldo não deduzido no período anterior	Dotação do período	Dedução do período	Saldo que transita para período(s) seguinte(s)	
705 € <input type="text"/>	706 € <input type="text"/>	707 € <input type="text"/>	708 € <input type="text" value="0,00"/>	
073	SIFIDE - Sistema de incentivos fiscais em investigação e desenvolvimento empresarial (Lei n.º 40/2005, de 3/8) e SIFIDE II (art.º 133.º da Lei 55-A/2010, de 31/12, art.ºs 33.º a 40.º do CFI (revogado) e art.ºs 35.º a 42.º do CFI aprovado pelo Dec.-Lei n.º 162/2014, de 31/10 e art.ºs 35.º a 42.º do CFI na RAM aprovado pelo Dec. Leg. Regional n.º 24/2016/M, de 28/06)			
Diploma	709-Saldo não deduzido no período anterior	710-Dotação do período	711-Dedução do período	712-Saldo que transita para período(s) seguinte(s)
	Saldo não deduzido no período anterior	Dotação do período	Dedução do período	Saldo que transita para período(s) seguinte(s)
Total	€ <input type="text" value="0,00"/>	€ <input type="text" value="0,00"/>	€ <input type="text" value="0,00"/>	€ <input type="text" value="0,00"/>
074	Regime fiscal de apoio ao investimento (Lei n.º 10/2009, de 10/3 (sucessivamente prorrogada), art.ºs 26º a 32º do CFI (revogado) e art.ºs 22.º a 26.º do CFI aprovado pelo Dec.-Lei n.º 162/2014, de 31/10) e art.ºs 22.º a 26.º do CFI na RAM aprovado pelo Dec. Leg. Regional n.º 24/2016/M, de 28/06)			
Diploma	713-Saldo não deduzido no período anterior	714-Dotação do período	715-Dedução do período	716-Saldo que transita para período(s) seguinte(s)

	Saldo não deduzido no período anterior	Dotação do período	Dedução do período	Saldo que transita para período(s) seguinte(s)
Total	€ <input type="text" value="0,00"/>	€ <input type="text" value="0,00"/>	€ <input type="text" value="0,00"/>	€ <input type="text" value="0,00"/>

076	Crédito fiscal extraordinário ao investimento (Lei n.º 49/2013, de 16/07)
-----	---

	Saldo não deduzido no período anterior	Dotação do período	Dedução do período	Saldo que transita para período(s) seguinte(s)
722 €	<input type="text"/>	723 €	<input type="text"/>	725 € <input type="text" value="0,00"/>

079	IFPC - Incentivo fiscal à produção cinematográfica (Artigo 59.º-F do EBF e Portaria n.º 89.º-A/2017, de 19 de abril)
-----	--

790-Nº de identificação da obra	791-Data de início da obra	792-Data de conclusão da obra	793-Saldo não deduzido no período anterior	794-Valor do incentivo no período	795-Dedução do período	796-Saldo que transita para período(s) seguinte(s)	797-Valor a reembolsar	798-Valor a repôr (a transportar para o C.372 do Q.10 da M.22)
---------------------------------	----------------------------	-------------------------------	--	-----------------------------------	------------------------	--	------------------------	--

	Saldo não deduzido no período anterior	Valor do incentivo no período	Dedução do período	Saldo que transita para período(s) seguinte(s)	Valor a reembolsar	Valor a repôr (a transportar para o C.372 do Q.10 da M.22)
Total	€ <input type="text" value="0,00"/>	€ <input type="text" value="0,00"/>	€ <input type="text" value="0,00"/>	€ <input type="text" value="0,00"/>	€ <input type="text" value="0,00"/>	€ <input type="text" value="0,00"/>

075	Outras deduções à coleta
-----	--------------------------

Normativo legal	Dedução efetuada
Incentivos fiscais aos lucros reinvestidos na Região Autónoma da Madeira (Dec. Leg. Regional n.º 2/2009/M, de 22/1)	717 € <input type="text"/>
Incentivos fiscais aos lucros reinvestidos na Região Autónoma dos Açores (art.º 6.º do Dec. Leg. Regional n.º 2/99/A. de 20/1)	726 € <input type="text"/>
Entidades licenciadas na Zona Franca da Madeira (art.ºs 35.º, n.º 6 e 36º, n.º5 e 36.º-A, n.º6 do EBF)	718 € <input type="text"/>
Sociedades de capital de risco e investidores de capital de risco (art.º 32.º-A, n.º 4 do EBF)	719 € <input type="text"/>
Dedução por lucros retidos e reinvestidos pelas PME (art.ºs 27.º a 34.º do CFI) aprovado pelo Dec.-Lei n.º 162/2014, de 31/10 e art.ºs 27.º a 34.º do CFI na RAM aprovado pelo Dec. Leg. Regional n.º 24/2016/M, de 28/06)	727 € <input type="text"/>
Dedução de 50% à coleta pelas entidades licenciadas para operar na Zona Franca Industrial da Madeira (art.º 36.º-A, n.º 6 do EBF)	728 € <input type="text"/>
	720 € <input type="text"/>
TOTAL DAS DEDUÇÕES (703 + 707 + 711 + 715 + 724 + 795 + 717 + 726 + 718 + 719 + 727 + 728 + 720)	721 € <input type="text" value="0,00"/>

077	Transmissão de benefícios fiscais da sociedade fundida ou cindida ou da sociedade contribuidora (Art.º 75.º-A do CIRC)
-----	--

Código do benefício	NIF soc. fundida, cindida ou contribuidora	Saldo não deduzido no período anterior	Dotação do período	Dedução do período
---------------------	--	--	--------------------	--------------------

078	Incentivos sujeitos às taxas máximas de auxílios regionais (CFI aprovado pelo Decreto-Lei n.º 162/2014, de 31 de outubro) (Para períodos de tributação de 2015 e 2016)
-----	--

746-Código do benefício	735-Região elegível (art.º 43.º do CFI)	736-Código CAE da atividade a que se destina o investimento (art.º 2.º da Port. n.º 282/2014, de 31/12)	737-Montante das aplicações relevantes (art.ºs 11.º, 22.º e 30.º do CFI)	Incentivos: Fiscais	740-Não Fiscais	741-Total
				738-IRC	739-IMI, IMT e SELO	

Indique se se qualifica como microentidade nos termos previstos no Anexo ao Decreto-Lei n.º 372/2007, de 6 de novembro	1 <input type="checkbox"/>	Sim
	2 <input type="checkbox"/>	Não

078-A	Incentivos sujeitos às taxas máximas de auxílios regionais (CFI aprovado pelo Decreto-Lei n.º 162/2014, de 31 de outubro) (Para os períodos de tributação de 2017 e seguintes)
-------	--

078-A1		Informação relativa a projetos de investimento de âmbito regional									
N.º de linha	Projeto de investimento/Incentivo						Aplicações relevantes previstas				
	750-Tipo	751-N.º projeto/Código do incentivo	752-Data de início do investimento	753-Data de fim do investimento	754-Tipologia de investimento	755-Identificação oficial do incentivo financeiro	756-Região elegível	757-Código CAE	758-Montante total	759-Montante total atualizado	
078-A2		Incentivos financeiros usufruídos e fiscais utilizados - valores do período de tributação									
760-N.º de linha em Q078-A1	Aplicações relevantes realizadas		Financeiro		IRC		IMI		IMT	SELO	771-Montante total atualizado dos benefícios usufruídos/utilizados
	761-Montante	762-Montante atualizado	763-Montante usufruído	764-Montante usufruído atualizado	765-Montante utilizado	766-Montante atualizado	767-Montante utilizado	768-Montante atualizado	769-Montante utilizado	770-Montante utilizado	
078-A3		Incentivos financeiros usufruídos e fiscais utilizados - valores atualizados acumulados									
772-N.º de linha em Q078-A1	Aplicações relevantes realizadas		Financeiro	IRC	IMI	IMT	SELO	779-Montante total atualizado dos benefícios usufruídos/atualizados	780-Intensidade de auxílio acumulada (em %)	781-Montante a inscrever no campo 372 do Q.10 da M.22	
	773-Montante acumulado atualizado	774-Montante usufruído atualizado	775-Montante atualizado	776-Montante atualizado	777-Montante utilizado	778-Montante utilizado					
08											
Donativos (art.ºs 62.º, 62.º-A e 62.º-B do EBF)											
		Tipo donativo		NIF da entidade donatária		Valor donativo					
		24		500745471		€ 1.740,00					
		01		504079700		€ 2.250,00					
09											
Incentivos Fiscais sujeitos à regra de minimis											
Total dos Incentivos de anos anteriores (de natureza fiscal e não fiscal)											
N-2								901		€	
N-1								902		€	
Incentivos do ano											
Incentivo de natureza não fiscal								903		€	
Incentivos de natureza fiscal											
Remuneração convencional do capital social (Lei n.º 55-A/2010, de 31/12 e art.º 41.º-A do EBF) x taxa do IRC								904-A		€	
Redução da taxa do IRC aplicável às PME, aos primeiros € 15.000,00 de matéria coletável (art.º 87.º, n.º 2 do CIRC)								904-B		€ 600,00	
Redução de taxa - benefícios à interioridade (ex-art.º 43.º e art.º 41.º-B do EBF)								904-C		€	
Despesas com projeto de investimento produtivo (art.º 18.º, n.º1, al. b) e n.º5 do CFI, revogado pelo Dec-Lei n.º 162/2014, de 31/10) x taxa do IRC								904-D		€	
Total dos incentivos do ano de natureza fiscal (904-A + 904-B + 904-C + 904-D)								904		€ 600,00	
Total dos incentivos do triénio (901 + 902 + 903 + 904)								905		€ 600,00	

IRC a regularizar (a indicar no campo 372 do quadro 10 da declaração)

906 €

Identificação das empresas associadas (conceito de empresa única para efeitos do limite de mínimos)

907 - NIF

10 Incentivos Fiscais à interioridade ligados ao investimento sujeitos às taxas máximas de auxílios regionais (ex-art.º 43.º do EBF) - a indicar no campo 372 do Q.10 da declaração

Investimentos elegíveis	Tangível	Intangível	TOTAL
	1001 €	1002 €	1003 €
Auxílios ao investimento			
Redução dos encargos com a segurança social x (1 - taxa do IRC)			1004 €
Majoração das depreciações	1005 €	1006 %	1007 €
Majoração dos encargos com a segurança social	1008 €	1009 %	1010 €
Majoração do crédito fiscal ao investimento			1011 €
Outros			1012 €
TOTAL DOS AUXÍLIOS (1004 + 1007 + 1010+ 1011+ 1012)			1013 €
Taxa de auxílio			1014 %
Taxa máxima legal aplicável			1015 %
EXCESSO A REGULARIZAR (a transportar para o campo 372 do quadro 10 da declaração)			1016 €

11 Deduções à Matéria Coletável (a deduzir no campo 399 do quadro 09 da declaração)

111	Coletividades desportivas (art.º 54, n.º 2 do EBF)		
Saldo não deduzido no período anterior	Dotação do período	Dedução do período	Saldo que transita para período(s) seguinte(s)
1111 €	1112 €	1113 €	1114 €

11-A Informação adicional relativa ao regime aplicável às entidades licenciadas na ZFM e aos auxílios de estado com finalidade regional

Caso tenha empresa(s) parceira(s) ou associada(s) tal como definida(s) nos n.ºs 2 e 3 do artigo 3.º do Anexo ao Decreto-Lei n.º 372/2007, de 6 de novembro, indique o(s) respetivo(s) NIF

Caso tenha empresa(s) parceira(s) ou associada(s) tal como definida(s) nos n.ºs 2 e 3 do artigo 3.º do Anexo ao Decreto-Lei n.º 372/2007, de 6 de novembro, indique o(s) respetivo(s) NIF

3 - NIF

